

Paulo Jorge Gordon Pinto	13,66
Virgínia Judite Varelas Póvoa	13,64
Adelina Monteiro Raposo Pereira Grilo	13,63
Berta Maria Monteiro Durão Formiga	13,62
Maria de Jesus Correia	13,59
Anabela de Oliveira Rivaís Praia	13,46
Maria Dulce Almeida Santos de Almeida	13,45
Maria de Fátima Barata dos Santos Mendes	13,44
Ángela Maria Dias Baptista Marques	13,4
Ana Cristina Calado Gamito	13,27
Susana Maria Rodrigues do Carmo Martins	13,24
Chantal Abadie Gomes Sena	13,22
Paula Cristina Martins dos Santos	13,17
Arsénia Sandra Cabral do Rosário	13,16
Carmina de Jesus Campanha Fonseca	13,15
Elisabete do Rosário Fonseca Vitorino Ferreira	13,03
Paula Maria Fernandes da Costa Canudo	12,99
Alexandra Isabel da Fonseca Bucho Duarte	12,64
Maria de Lurdes Gaspar Afonso Lourenço	12,56
Carla Catarina Oliveira da Silva	12,39
Sandra Sofia Correia da Silva Araújo	11,88
Iolanda Maria de Jesus Guedes	11,81
Maria Helena Peres de Oliveira Bito Rosário	11,57
Dowlat Maria Ricardina Vaz Gomes	11,53
Ana Paula Pereira Mendes	11,5
Clara Isabel Ferreira Luís	11,44
Marta Sofia Veríssimo Carvalheiro	11,17

17 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Henrique Barata Nunes*.

Governo Civil do Distrito de Portalegre

Despacho n.º 22 430/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, considerando a análise circunstanciada do seu desempenho e dos resultados obtidos, autorizo a renovação da comissão de serviço no cargo de secretária do Governo Civil do Distrito de Portalegre da licenciada Maria Teresinha de Freitas Filipe.

13 de Outubro de 2005. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Rectificação n.º 1773/2005. — Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 6 de Outubro de 2005, lista n.º 36/05, do despacho n.º 21 010/2005 (2.ª série), relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugados com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

	«Data de nascimento
Wilde Prochmann Neto	18-4-72»

deve ler-se:

	«Data de nascimento
Wilde Prochmann Neto	13-4-82»

12 de Outubro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 431/2005 (2.ª série). — Considerando o disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, e no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, determino que o ministro plenipotenciário de 2.ª classe do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Luís João de Sousa Lorrão, a exercer o cargo de director do Gabinete

de Assuntos Económicos da Direcção-Geral de Política Externa, nomeado por despacho ministerial de 20 de Abril de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 2 de Maio de 2005, cesse o exercício das referidas funções à data da sua colocação na Embaixada de Portugal em Nairobi.

30 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 22 432/2005 (2.ª série). — Atendendo a que Portugal ratificou a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (CPAQ), nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 25-A/96, de 9 de Maio, tendo depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, a 10 de Setembro de 1996, o respectivo instrumento de ratificação;

Considerando que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/97, de 25 de Setembro, foi criada a Autoridade Nacional da CPAQ, órgão de ligação directa com a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) e com os Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação da Convenção;

Tendo em conta que a importância do problema e as complexas vertentes político-diplomáticas e sectoriais inerentes a esta Convenção aconselham a nomeação de um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros para presidir à Autoridade Nacional e acompanhar a questão:

1 — Designo o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Rui Nogueira Lopes Aleixo para desempenhar as funções de responsável pelo acompanhamento das questões relativas à Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas, presidindo à Autoridade Nacional da CPAQ.

2 — No exercício dessas funções, o responsável é equiparado a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau (director-geral).

3 — A presente nomeação terá a duração de 12 meses, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005.

17 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 9413/2005 (2.ª série):

António Chambers Antas de Campos, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de presidente da Comissão Internacional de Limites — despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005, cessando-o das referidas funções e nomeando-o cônsul-geral de Portugal em Zurique.

Liliana de Melo Mascarenhas Neto de Gouveia Araújo, conselheira de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, colocada na Embaixada de Portugal em Viena — despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005, transferindo-a para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

José Eduardo Macedo Leão Ferreira da Silva, primeiro-secretário de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de chefe de divisão de Protecção Consular da Direcção de Serviços de Administração Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005, exonerando-o das referidas funções e nomeando-o cônsul-geral de Portugal em Manchester, um lugar nunca provido.

A cessação de chefe de divisão de Protecção Consular da Direcção de Serviços de Administração Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas produz efeitos à data da sua partida para o posto.

António José Raposo da Silva Pinheiro Marques, primeiro-secretário de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de chefe de divisão de Dispensas e Privilégios do Protocolo do Estado — despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005, exonerando-o das referidas funções e colocando-o na Embaixada de Portugal em La Valetta.

A cessação de funções do cargo de chefe de divisão de Dispensas e Privilégios do Protocolo do Estado produz efeitos à data da sua partida para o posto.

Maria João Falcão Poppe Lopes Cardoso, segunda-secretária de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, colocada na Embaixada de Portugal em Moscovo — despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005, cessando-a do exercício das suas funções naquela Embaixada e colocando-a no escritório da representação de Portugal em Ramallah.